

O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976

PARTIDOS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS

A passagem do regime autoritário para o regime democrático pressupõe uma maior participação e extensão dos direitos políticos, tornando os partidos os actores principais para controlar o acesso dos cidadãos ao sistema político. A entrada das massas na esfera política coloca não apenas o problema da comunicação, mas também da canalização e da expressão dos cidadãos (Sartori, 2002, p. 79). O período da transição implica o surgimento ou a expansão dos partidos como veículos necessários para a representação das forças da sociedade civil e a estruturação do novo sistema político. Na óptica dos modelos de partido, a abertura da participação e da competição política deveria levar à criação de partidos de massas — com programas bem delineados e um maior controlo vertical sobre a estrutura organizativa (cf. Duverger, 1981): a mobilização dos militantes, a angariação de fundos para o partido e a expansão da própria legitimação são os principais factores que contribuem para a formação de partidos de integração e para a «encapsulação» da base social de apoio, transformando as escolhas políticas em identidades políticas (Mair, 1992, p. 102). Por isso, do ponto de vista teórico, nas transições para a democracia caracterizadas por conflitos ideológicos a presença de um partido de massas com uma forte estrutura implica também uma maior competição organizativa, facto que leva os outros partidos a reforçarem e consolidarem a organização interna. Para os partidos políticos, a

* Universidade de Florença.

transição representa, portanto, um novo desafio, que torna necessária a definição de uma estratégia organizativa para se adaptarem à nova situação.

Vários autores sublinharam, no estudo das transições para a democracia, a importância das características dos processos de participação e mobilização política para o êxito final da instauração do regime democrático e a consolidação do sistema partidário (Dahl, 1971; O'Donnell e Schmitter, 1986; Linz e Stepan, 1996). Enquanto a participação política se define pelo carácter autónomo e espontâneo, a mobilização política é um processo induzido e heterónimo, manipulado por actores institucionais para alcançar determinados fins¹. O processo de mobilização pode ser um instrumento que os partidos utilizam para diferentes objectivos: em primeiro lugar, pode ser utilizado para reforçar a própria organização, essencialmente através de um processo de socialização e integração, aumentando assim o nível de institucionalização (Panebianco, 1982, p. 124). Em segundo lugar, pode servir de instrumento para alcançar determinados objectivos políticos, como, por exemplo, a adopção de determinadas políticas públicas (Almond e Verba, 1988, pp. 291-293). Finalmente, a mobilização pode ser utilizada por parte dos partidos para obter maiores poderes no seio das instituições: no caso, por exemplo, de rupturas com o regime anterior, é frequente a utilização da mobilização para alcançar uma maior legitimação e para alterar as relações de força dos actores políticos dentro do novo regime.

A partir deste quadro teórico, este artigo pretende desenvolver duas linhas de análise: a primeira é relativa à estruturação da organização dos partidos; a segunda considera as características e os efeitos da mobilização. Deste ponto de vista, a análise do PCP na transição para a democracia constitui um estudo de caso interessante se considerarmos que a ideologia comunista implica quer a construção de uma organização de massas, quer uma utilização instrumental da mobilização para a conquista do poder.

De facto, na análise dos partidos comunistas vários autores consideram que a própria autodefinição como «partidos revolucionários» implica um modelo de organização uniforme e que, por isso, a ideologia seria o único factor importante, determinando também as características organizativas². Todavia, examinar o PCP, segundo esta perspectiva, como um partido *sui generis* apresenta vários limites: em primeiro lugar, isso não permite evidenciar as diferenças existentes, quer a nível organizativo, quer a nível ideoló-

¹ Os conceitos de participação e mobilização referem-se aqui a regimes democráticos. Neste sentido, a característica do processo de mobilização é «a existência de um modelo unitário de orientação imposto ao público pelas estruturas políticas» (Fischella, 1993, p. 69). Por isso, a participação diferencia-se da mobilização por duas razões: em primeiro lugar, é um processo espontâneo e, em segundo lugar, manifesta diferentes orientações dos cidadãos.

² V. o artigo de Panebianco (1979) e, para uma visão a partir da «autodefinição» dos partidos comunistas, Mair (1979).

gico, entre os partidos comunistas da Europa ocidental (sobretudo a partir dos anos 50). Tendo em conta que há uma forte interacção entre o «modelo originário» (cf. Panebianco, 1982, pp. 104-109) e a estratégia de competição (e de mobilização), é importante analisar as influências recíprocas entre as características organizativas e as relações com as forças partidárias e com os outros actores políticos. Em segundo lugar, esta perspectiva acaba por marginalizar o contexto externo: de facto, a evolução do regime soviético e as particularidades da democratização portuguesa são factores que afectaram a estratégia organizativa do PCP e a sua acção a nível institucional³. O processo de transição caracterizou-se, a nível institucional, pela crise de Estado e, a nível social, pela originalidade que assumiram os vários movimentos sociais e as outras formas de participação. Para além das características do modelo originário e das escolhas dos actores, é necessário considerar estas características ambientais para analisar a acção dos partidos. Neste sentido, a organização não pode simplesmente ser analisada pelos fins «oficiais» do partido: antes de mais, a estratégia organizativa do PCP deve ser examinada através dos recursos utilizados e da interacção com sujeitos e estratégias diferentes, no âmbito de determinados constrangimentos (e oportunidades) a nível institucional.

O objectivo deste trabalho é analisar as duas componentes principais que caracterizaram a mobilização por parte do PCP: em termos da consolidação da organização, por um lado, e como instrumento político (reivindicativo e institucional), por outro. A análise da evolução da mobilização do PCP constitui um indicador importante para esclarecer a estratégia deste partido durante a transição e contribui para definir as relações entre o partido, as instituições e a sociedade civil. Esta reconstrução ajuda também a perceber as modalidades de estruturação organizativa do partido, assim como as relações entre as várias dimensões do partido e a sua evolução ao longo do processo de transição.

Na primeira parte do artigo analisar-se-á a estrutura organizativa do partido e das características do enquadramento dos militantes. Sucessivamente, a análise do processo de mobilização política centrar-se-á nos vários tipos de acções desenvolvidas a nível das bases do PCP, distinguindo as diferentes fases da transição para evidenciar a evolução e as particularidades de cada período. Apesar de não se poder analisar aqui a evolução estratégica das relações entre o PCP, a elite militar e os outros partidos políticos, procurar-

³ É difícil estabelecer, pelo actual conhecimento das fontes, o grau de influência da União Soviética sobre a estratégia do PCP durante a transição: pelo contexto internacional, parece que a ex-URSS apoiaria uma atitude moderada por parte do PCP durante a transição, salvaguardando assim os progressos dos outros partidos comunistas ocidentais (cf. Rato, 1992). É evidente que não é possível analisar aqui todos os aspectos relevantes do papel do PCP na transição para a democracia, sobretudo no que diz respeito à influência da URSS sobre a estratégia do Partido Comunista.

-se-á demonstrar que o processo de mobilização foi condicionado de forma significativa pelos constrangimentos externos, e não tanto pela forma de integração e de enquadramento dos militantes dentro do partido segundo as características do modelo do partido de massas.

AS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA: DO PARTIDO DE QUADROS PARA UM PARTIDO DE MASSAS?

A estrutura do partido em 1974 ainda permanecia muito básica, devido principalmente ao longo período de clandestinidade, sendo o Congresso e o Comité Central (e o seu secretariado) os principais órgãos dirigentes do partido. O primeiro é o órgão máximo, competindo-lhe a alteração do programa e do estatuto e a eleição do Comité Central, embora nada seja dito sobre a formação e o regulamento do próprio Congresso⁴. O Comité Central (CC) dirige a actividade do partido no intervalo dos congressos, tendo «a responsabilidade de todo o trabalho político, ideológico e de organização» (artigo 21)⁵. Por outro lado, o CC elege, dentro dos seus membros efectivos, o secretariado do Comité Central, podendo eventualmente criar outros organismos, e tem a faculdade de eleger um secretário-geral, definindo as suas atribuições. O processo de tomada de decisão baseado no «centralismo democrático» é fortemente centralizado, pois o executivo do partido adopta decisões obrigatórias para toda a organização, garantindo a unidade, a coesão e a disciplina da acção do partido (cf. Cunha, 1997, p. 33, e Lopes, 2002, p. 62). A eficácia decisional e estratégica veio a ser reforçada através de um processo de cooptação dos órgãos dirigentes (quadro n.º 1).

Composição dos órgãos superiores do PCP (1974-1976)

[QUADRO N.º 1]

	Comité Central (efectivos)	Comité Central (suplentes)	Comissão Política	Secretariado
VI Congresso (1974)	19	7	–	–
VII Congresso (1974-1976) . . .	22	14	10	4
VIII Congresso (1976)	54	36	13	7

Fontes: Pereira (1989, p. 89); *Avante!*, 1974.

⁴ No VII Congresso (extraordinário) do PCP foi aprovada uma alteração ao artigo 19 do estatuto que estabeleceu que o Congresso se realizasse com intervalos máximos de três anos, salvo circunstâncias excepcionais (cf. *Avante!*, 21 de Outubro de 1974).

⁵ Os artigos do estatuto aprovado durante o VII Congresso (extraordinário) referem-se às actas publicadas (v. PCP, 1974, pp. 379-388).

Para além da estrutura formal, o PCP dispunha de uma organização informal de relacionamento com as forças armadas, estruturada segundo um critério geográfico — um responsável para cada região militar — e um critério hierárquico e funcional⁶. Apesar da influência ideológica e cultural do partido em relação ao sector militar, as fontes consultadas não confirmam a presença de uma estrutura organizativa dentro das forças armadas directamente subordinada às directivas do partido⁷. Esta adaptação funcional dos órgãos dirigentes foi ditada não apenas pelas características institucionais que o processo de transição manifestou, como também pela cautela do partido em relação às incertezas ambientais — rumo imposto pelos militares — e pela flexibilidade e indecisão das alianças político-militares.

A longa tradição de actividade clandestina contra o regime autoritário foi um factor que influenciou a superioridade do PCP em relação às outras forças políticas no que diz respeito ao número de militantes (quadro n.º 2). O seu crescimento exponencial verificou-se, em particular, no primeiro ano da transição, mas continuou de maneira linear entre 1974 e 1976: já em Dezembro de 1974, o órgão do partido *O Militante* podia afirmar que o «PCP tornou-se um partido de massas» (*O Militante*, Julho de 1975). Porém, durante o período da transição, muitos militantes ou simpatizantes do PCP permaneceram ligados às estruturas do MDP/CDE, partido que se revelou o maior aliado da estratégia seguida pelos dirigentes comunistas⁸.

A estratégia organizativa do PCP caracterizou-se também pelo maior enquadramento dos militantes em relação aos outros principais partidos políticos. A taxa de filiação medida relativamente aos votos obtidos pelos partidos demonstra uma significativa capacidade do PCP de converter os potenciais eleitores em militantes, que se reflecte no alto rácio de integração organizativa

⁶ O secretário-geral do PCP era o único a ter a prerrogativa de ter relações com generais das forças armadas e era o número um da área de relacionamento com os militares; seguiam-se, respectivamente, Jaime Serra e Raimundo Narciso. Havia também um elemento do Comité Central do PCP para cada ramo das FA: Raimundo Narciso para o Exército, Jorge Matos para a Marinha e Ângelo Veloso para a Força Aérea.

⁷ Pelo contrário, Gaspar afirma existir uma organização do PCP dentro das FA, cuja compartimentação reproduzia a hierarquia militar, de que fazia parte um certo número de oficiais, milicianos e do quadro permanente, assegurando o acesso dos dirigentes do PCP directamente à Comissão Coordenadora do Programa (cf. Gaspar, 1993, p. 12). O facto mais certo é a infiltração comunista nos Serviços Militares Técnicos, dado que, pelas fortes posições dentro do movimento estudantil, o PCP podia dispor geralmente de oficiais com um nível de formação mais elevado.

⁸ A questão de o MDP/CDE constituir um partido satélite do PCP é difícil de estabelecer: do ponto de vista da composição, o MDP/CDE continuava a ser uma organização bastante heterogénea que incluía elementos do Partido Comunista ou afeiçoados ao PCP, assim como elementos de outros quadrantes ideológicos, mas as fontes consultadas não permitem comprovar a existência de uma estrutura de controlo do PCP sobre o MDP/CDE.

(quadro n.º 3). Em geral, os valores dos partidos portugueses apresentam um valor baixo da taxa de filiação medida em relação ao eleitorado, sugerindo a maior importância atribuída pelas forças políticas à dimensão institucional relativamente à criação de uma estrutura organizativa de massas (cf. van Biezen, 2003, pp. 202-203). Também neste aspecto, o PCP demonstrou uma maior capacidade de mobilizar os seus eleitores, uma maior penetração no território e níveis mais altos de lealdade dos militantes ao partido. Todavia, o rácio de integração social (M/E) demonstra uma ligeira diferença entre o PCP e o PS, que se reflecte na competição dos dois maiores partidos de esquerda para obterem um suporte de massas. Em geral, pode afirmar-se que, comparado com os outros partidos portugueses, o PCP se caracterizava por um empenhamento activo dos militantes, que deviam encarar a adesão ao partido não apenas em termos de direitos, mas sobretudo de deveres, quer a nível da organização interna, quer em termos da capacidade de reforçar e expandir o partido dentro da sociedade civil (cf. van Biezen, 1998).

Número de militantes do PCP, do PS e do PSD (1974-1976)

[QUADRO N.º 2]

Data	Número de militantes		
	PCP	PS	PPD
1974 (Abril)	2 000-3 000	–	–
1974 (Julho)	14 593	–	–
1974 (Outubro)	30 000	–	–
1974 (Dezembro)	–	35 971	11 260
1975 (Maio)	100 000	–	–
1975 (Dezembro)	–	80 594	21 022
1976 (Novembro)	115 000	91 562	25 630

Fontes: Pereira (1989, p. 82); Martins (1994); Stock (1989).

Taxa de filiação dos principais partidos portugueses (1975-1976)

[QUADRO N.º 3]

Partidos	M/V		M/E	
	1975	1976	1975	1976
PCP	14,0	14,5	1,54	1,77
PS	3,8	4,8	1,26	1,41
PSD	1,4	1,9	0,31	0,39

Fonte: Lopes (2002), p. 60, para o rácio de integração organizativa (M/V); elaboração própria para o rácio de integração social (M/E).

Nota: O rácio de integração organizativa (M/V) é a percentagem do número de filiados de um partido em relação ao total de votos que obteve; o rácio de integração social (M/E) é a percentagem do número de filiados em relação ao total de eleitores.

Considerando a forma de implantação dos partidos portugueses, Farello Lopes afirma que o PCP alcançou a estrutura de um partido de massas através de um processo de «penetração» (cf. Lopes, 2002, pp. 46-47). A partir de uma organização baseada nas «células» dentro de empresas e instituições, durante os primeiros meses da transição desenvolveu-se uma implantação territorial que, segundo os órgãos de informação do PCP, alcançou a plena expansão em meados de 1975, com o objectivo de ter uma comissão em cada municipalidade e com a abertura de comissões distritais nos quatro distritos das ilhas adjacentes. No que diz respeito ao estatuto de 1965, a estrutura do PCP adaptou-se à divisão administrativa do país em distritos (artigo 26), alteração que foi introduzida no novo estatuto aprovado no VII Congresso em 1974. A reestruturação da organização do PCP verificou-se a partir de Julho de 1974 com a criação das DORs (direcções de organizações regionais), comités regionais, distritais, municipais e de freguesia. Enquanto na altura do golpe do 25 de Abril só existiam 4 comités distritais (e poucas dezenas de comités municipais e de freguesia) (cf. Cunha, 1992, p. 219), em Dezembro de 1974 já existiam 7 DORs e 18 comissões distritais, que se tornaram 22 quando abriram as comissões nas ilhas adjacentes (*O Militante*, Junho de 1975)⁹.

Para analisar a evolução da organização do partido a nível local é preciso considerar também o processo de implantação dos centros de trabalho (CTs). Do ponto de vista quantitativo, verificou-se um crescimento linear até Julho de 1975, quando as acções «anticomunistas» destruíram muitos dos centros de trabalho, sobretudo nas regiões do Norte (gráfico n.º 1). Em relação à distribuição geográfica, evidencia-se a presença do partido nos distritos onde tradicionalmente a implantação do partido era mais forte (Lisboa, Santarém, Beja e Setúbal) (quadro n.º 4). A penetração do partido nestas regiões tinha origem na oposição ao regime autoritário, sobretudo no sector agrícola dos grandes latifúndios e no sector industrial depois da formação da Intersindical em 1970. Todavia, a presença do PCP nestas áreas não era homogénea, como o demonstra a fraca adesão da classe operária nas zonas industriais do Norte e a competição com as forças da extrema-esquerda no Barreiro e na Marinha Grande (cf. Jalali, 2002, pp. 106-107). Apesar de os dados sobre o número dos centros de trabalho não esclarecerem a intensidade das actividades do partido nos diferentes distritos, quer os dados em valor absoluto, quer os valores ponderados dos CTs por distrito, apresentam uma fraca correlação com as percentagens dos votos obtidos pelo PCP nas eleições de 1975 e da mobilização do partido no período imediatamente anterior — com as excepções dos distritos de Beja e Santarém. Isto evidencia não apenas o esforço do partido em alargar a sua área de influência, como também os limites desta estratégia, que ficou, geralmente, sem êxito.

⁹ Não há dados numéricos sobre a implantação de comissões concelhias, mas o órgão do partido relata, na altura de Julho de 1975, a presença de comissões concelhias em quase todos os concelhos, excepto nas ilhas (*O Militante*, Julho de 1975).

Centros do trabalho do PCP (25 de Abril de 1975)

[QUADRO N.º 4]

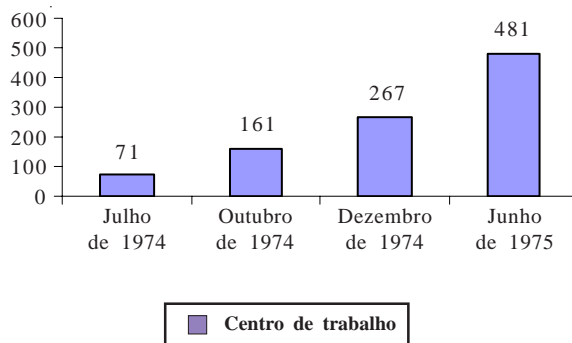
Distritos	Número de centros de trabalho	Percentagem	Centros de trabalho ponderados*	Percentagem nas eleições de 1975	Mobilização (Nov. 74-Mar. 75)** (percentagem)
Aveiro	15	5,08	12,2	1,4	4,7
Beja	33	11,18	83,8	7,1	7,5
Braga	10	3,38	7,3	1,8	7,3
Bragança	5	1,69	14,2	0,4	2,2
Castelo Branco	5	1,69	9,8	1,2	1,9
Coimbra	9	3,05	10,3	2,1	8,5
Évora	15	5,08	41,3	6,7	7,2
Faro	18	6,10	32,1	3,6	4,1
Guarda	—	—	0	0,6	1,9
Leiria	13	4,40	16,0	2,2	6,5
Lisboa	51	17,28	13,4	34,0	7,0
Portalegre	20	6,77	69,4	2,5	4,5
Porto	18	6,10	5,8	7,9	13,1
Santarém	31	10,50	32,9	6,3	7,4
Setúbal	28	9,49	23,7	20,2	4,3
Viana do Castelo	3	1,01	5,6	0,8	2,6
Vila Real	11	3,72	20,6	0,6	5,7
Viseu	10	3,38	11,8	0,8	3,8
<i>Total</i>	295	100	—	100	100

* A ponderação é feita considerando a população residente em cada distrito em 1975 (INE), tendo como base a média nacional de cerca 500 000 habitantes por distrito.

** A percentagem da mobilização considera todas as actividades organizadas pelo PCP em cada distrito no período considerado.

Implantação dos centros de trabalho entre 1974 e 1975

[GRÁFICO N.º 1]



Na sua actividade de mobilização, o PCP era, sem dúvida, o partido que mais beneficiava do suporte de diversas «organizações autónomas» de carácter frentista (MDP, Movimento Democrático das Mulheres, Movimento da Juventude Trabalhadora, etc.) ou de organizações paralelas ligadas à direcção do partido, como, por exemplo, a União dos Estudantes Comunistas (UEC), a União da Juventude Comunista (UJC), etc.¹⁰. Esta posição privilegiada teve origem, principalmente, no legado da luta do partido contra o regime autoritário, que atribuía ao PCP uma forte legitimidade *backward* (cf. Linz, 1987).

A SOCIEDADE CIVIL E O PCP (ABRIL DE 1974-OUTUBRO DE 1974): ENTRE A EXPANSÃO E A ESTRUTURAÇÃO ORGANIZATIVA

Durante os anos da clandestinidade, o Partido Comunista desenvolvera uma forte penetração nos centros urbanos, nos principais pólos industriais e nas regiões do Alentejo e do Algarve. Esta estrutura embrionária desenvolveu-se, depois do 25 de Abril, segundo uma lógica constante. As várias actividades de mobilização organizadas pelos órgãos do partido podem distinguir-se entre manifestações, comícios e sessões de esclarecimento¹¹. Estas diferenciavam-se das restantes formas de mobilização não apenas em termos de conteúdos, como também pela quantidade de pessoas mobilizadas, que nas sessões era muito inferior à das outras actividades do partido (em geral, não ultrapassavam a centena de presentes), desenvolvendo-se geralmente em lugares públicos (escolas, teatros, cinemas, etc.) ou privados (fábricas, associações, bares, etc.). Os comícios, assim como as manifestações, tinham um carácter de propaganda e de afirmação em relação às outras forças políticas e sociais, enquanto as sessões eram actividades de «dinamização» e de conhecimento, onde se verificava uma interacção entre dirigentes do partido e cidadãos sobre as várias questões abordadas (temas de política nacional ou problemas mais específicos de carácter local), mas

¹⁰ Em 1976 as organizações juvenis contavam com cerca de 600 organismos: a UJC contava, segundo os dados do partido, com 12 000 membros em Março de 1976, alcançando os 15 000 três meses depois (PCP, 1976, p. 73).

¹¹ Os dados apresentados referem-se à informação que consta do *Avante!*; por isso, quanto à distribuição geográfica e ao valor quantitativo, constituem sobretudo a imagem do partido, pois a ênfase posta nas actividades em algumas zonas do país parece ser pouco realística no que diz respeito a outras regiões onde a mobilização é nula. Sendo impossível construir um mapa detalhado para todas as iniciativas do partido, utilizando a comparação com outros jornais a nível nacional e local, os dados podem considerar-se uma amostra, tendo em conta uma aproximação por defeito. Contudo, considera-se relevante examinar as características da mobilização, pelo menos, para evidenciar as tendências e a evolução ao longo da transição. Seria interessante, porém, analisar a mobilização dos outros partidos, estudo que ainda fica por fazer.

também constituíam o lugar privilegiado pela função de socialização do partido através da criação de identidades colectivas¹².

O processo de mobilização do PCP ao longo dos primeiros meses da transição revela importantes características organizativas do partido e esclarece a estratégia de penetração do partido dentro da sociedade civil. Em primeiro lugar, o esforço para implantar o partido torna-se evidente pelo aumento crescente das actividades entre Maio e Outubro de 1974 (quadro n.º 5 e gráfico n.º 2): depois das grandes manifestações unitárias do 1.º de Maio, o PCP alcançou o máximo de mobilização em Julho, mês em que, segundo quanto relata o órgão do partido, se realizaram 7 manifestações, 70 comícios e 20 sessões de esclarecimento, facto devido à expansão territorial por todo o país e à agenda política, que foi marcada por importantes acontecimentos (a queda do I Governo Provisório e os avanços no processo de descolonização). Todavia, os níveis de mobilização mantiveram-se relativamente altos também nos meses a seguir, provando que o processo de implantação do partido (através da abertura das sedes do partido e dos centros de trabalho) se encontrava a um nível avançado quando se realizou o primeiro congresso do partido na legalidade em Outubro de 1974.

Mobilização do PCP por distrito, em percentagem (Maio de 1974-Março de 1975)

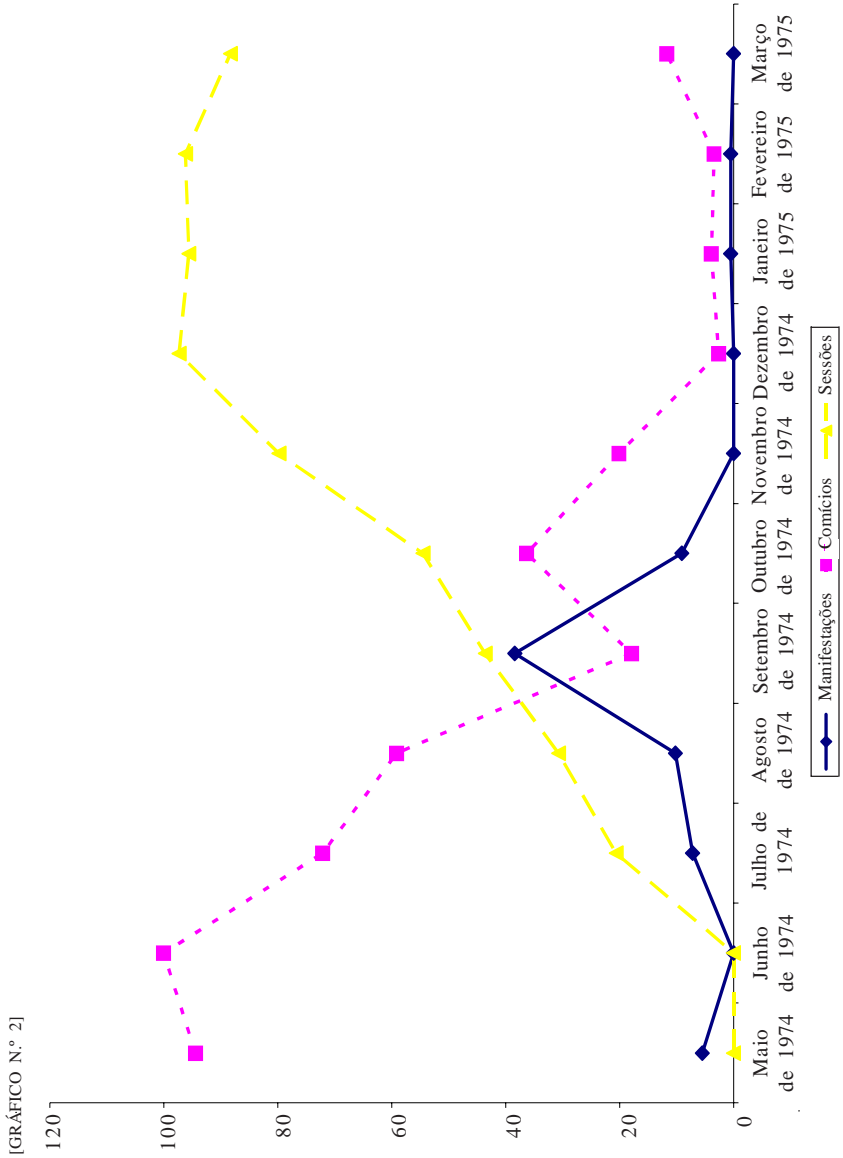
[QUADRO N.º 5]

Distritos	Maio de 1974	Junho de 1974	Julho de 1974	Agosto de 1974	Setembro de 1974	Outubro de 1974	Novembro de 1974	Dezembro de 1974	Janeiro de 1975	Fevereiro de 1975	Março de 1975	Média
Aveiro	0	0	1	6,8	11,5	0	0,7	7,5	6,8	2,9	2,4	3,6
Beja	5,5	7,3	11,3	4,5	12,8	0	0	3,6	5	1,2	20,3	6,5
Braga	16,6	2,4	3	1,1	3,8	9	4,4	5,5	7,5	8,4	8,6	6,3
Bragança	0	2,4	1	4,4	1,2	0	2,2	1,3	2,7	4,2	0,8	1,8
Castelo Branco	0	0	4,1	1,1	2,5	0	2,9	3,2	1,8	2,5	0	1,6
Évora	5,5	2,4	5,1	4,5	5,1	0	0,7	7,5	7	7,2	14,6	5,4
Faro	11,1	7,3	17,5	1,1	10,2	18,1	13,4	8,2	4,1	1,6	11,1	9,4
Guarda	0	4,8	3	6,8	7,6	0	1,4	5,5	2,2	1,2	7,6	3,6
Leiria	0	0	2	1,1	3,8	0	0	3,6	2,7	0,8	0,8	1,3
Lisboa	5,5	2,4	2	2,2	2,5	27,2	5,2	5,5	5,2	12,7	5,4	6,8
Portalegre	22,2	21,9	12,3	11,3	8,9	9	21,6	3,9	7,9	8,8	1,6	11,7
Porto	0	0	5,1	5,6	2,5	9	2,9	4,2	5,9	0,8	6,2	3,8
Santarém	5,5	4,8	5,1	18,1	6,4	18,1	11,9	16,7	13,8	17,3	6,7	11,3
Setúbal	16,6	7,3	11,3	9	5,1	0	17,9	7,5	6,6	8,4	3,5	8,4
Viana do Castelo	5,5	36,5	9,2	19,3	10,2	9	10,4	9,2	2,7	2,1	1	10,4
Vila Real	0	0	2	0	2,5	0	0,7	0,3	4,3	3,3	2,7	1,4
Viseu	5,5	0	2	2,2	2,5	0	2,2	1,9	8,4	11,4	2,9	3,5
Total	0	0	2	0	0	0	0,7	3,9	4,7	4,6	2,9	1,7

Fonte: *Avante!*, 1974-1975, elaboração própria.

¹² As sessões constituíam um recurso importante para a organização interna do partido e a formação de novos quadros num momento de grande expansão de militantes; por isso,

Mobilização do PCP por actividades, em percentagem (Maio de 1974-Março de 1975)



Fonte: *Avante!*, 1974-1975, elaboração própria.

Quanto à distribuição geográfica, os dados que emergem do *Avante!* confirmam a facilidade de organização em Lisboa e nas regiões do Alentejo e do Algarve, ao contrário do que acontece nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, em que não houve praticamente nenhuma actividade relevante do partido, excepto no caso das grandes manifestações «unitárias». De facto, ao longo do período considerado, os distritos onde se relatam menos comícios e sessões de esclarecimento são todos nas regiões do Norte (Viseu, Viana do Castelo, Guarda, Vila Real, Bragança, Castelo Branco e Leiria), facto que se explica também pela maior actividade exercida pelo MDP/CDE, no qual o PCP procurava apoiar-se para reforçar a sua estrutura organizativa (e implementar as políticas reivindicadas). Todavia, ao contrário dos comícios, as sessões de esclarecimento apresentam uma homogeneidade relativamente maior entre as diferentes regiões: este facto parece o sinal de o partido procurar uma certa penetração territorial nas zonas onde tinha maiores dificuldades em desenvolver as suas actividades na sociedade civil e em recrutar novos militantes e simpatizantes.

Analisando em pormenor as actividades do PCP, nos primeiros meses privilegiou-se a organização de comícios, muitas vezes coincidindo com a inauguração da abertura da sede do partido ou de centros de trabalho; só em Agosto houve uma inversão de tendência, com o aumento de manifestações e de sessões de esclarecimento e a diminuição de comícios. Nesta fase da transição, as manifestações do PCP caracterizaram-se pelo carácter unitário, pois envolviam também a participação dos outros partidos do governo provisório. De forma coerente em relação à unidade defendida dentro do governo pelos dirigentes comunistas, também o PS, o PPD e o MDP/CDE participaram nas grandes manifestações relativas aos problemas nacionais mais importantes, como, por exemplo, durante o 1.º de Maio, no acto da declaração de independência da Guiné e, sobretudo, nos acontecimentos do 28 de Setembro¹³.

A necessidade de expandir a própria organização e ao mesmo tempo manter o controlo do número crescente de militantes por parte da elite dirigente levou o partido a encorajar o enquadramento de cada membro ou simpatizante num dos movimentos unitários, como, por exemplo, a Intersindical, o MDP/CDE ou o MDM, utilizando também as suas organizações paralelas (a UEC e o MJT) para actividades de propaganda e de mobilização e para angariar fundos (cf. *O Militante*, Junho de 1975).

as acções de formação abordavam os princípios básicos do partido (programa e estatuto), uma história concisa do partido e a orientação política (cf. Cunha, 1992, pp. 215-218).

¹³ A presença do MDP/CDE foi a mais alta nos comícios organizados pelo Partido Comunista, enquanto o PPD aparece apenas uma vez numa actividade promovida pelo PCP. Quanto ao PS, embora, em termos absolutos, a presença seja inferior à do MDP/CDE, os dados mostram um nível constante também em Agosto e Setembro, quando eclodiu a questão da transformação do MDP/CDE em partido; em geral, a percentagem da presença das outras forças políticas apresenta um baixo nível (média de 20%).

Durante esta primeira fase, a análise do processo de mobilização evidencia que a unidade entre os partidos que participavam no governo provisório existia apenas em volta de questões pontuais, contrapondo as forças partidárias, por um lado, e as diferentes facções militares, por outro. Paralelamente, os partidos organizavam-se e estruturavam a própria relação com a sociedade civil autonomamente e o PCP aproveitava as boas relações com o MDP/CDE e com o MFA para controlar os seus militantes segundo um esquema ainda semelhante ao de um partido semiclandestino, embora já seja possível notar neste período o começo da transformação num «verdadeiro» partido de massas. A estruturação organizativa alcança o ápice no VII Congresso (extraordinário), realizado em 20 de Outubro de 1974, que pode ser considerado uma refundição do «modelo originário»: o paradigma organizativo e ideológico baseava-se, respectivamente, na penetração territorial e na legitimidade revolucionária, correspondente ao objectivo final da instauração de um regime socialista¹⁴. Apesar de a consolidação da coligação dominante do PCP e a sua coesão interna permitirem concentrar a acção do partido na estrutura organizativa para alcançar uma maior expansão e estabilização, o aumento da mobilização em volta dos principais conflitos políticos demonstrava as potencialidades do PCP de intervir na luta política e influenciar o ambiente externo, condicionando o relacionamento entre as elites militares e os partidos, por um lado, e a sociedade civil, por outro.

O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA ATÉ ÀS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Logo a seguir ao VII Congresso (extraordinário) verificou-se um aumento constante da actividade de mobilização interna do PCP: no período entre Novembro de 1974 e Abril de 1975 registou-se uma média mensal de cerca trezentas actividades organizadas pelo partido, atingindo o máximo nível no mês de Janeiro. A questão sindical e as discussões sobre as perspectivas económicas foram as causas principais do alto número de sessões e comícios do PCP, mas também são a prova do alcance de uma mais profunda distribuição da organização partidária por todo o país, demonstrada pela implantação dos organismos periféricos e dos centros de trabalho. Globalmente, se confrontarmos as baixas percentagens de actividades nos distritos do Alentejo e do Algarve com respeito ao período precedente, é evidente que a acção prioritária do PCP se concentrou nas regiões do Centro e do Norte (quadro

¹⁴ Como evidencia Gaspar (1992, pp. 32-34), a revolução democrática e nacional representava uma fase intermédia entre a revolução socialista e a revolução democrática burguesa, que tinha como objectivo conjugar (e ultrapassar) a «aparente contradição entre o quadro dos objectivos programáticos do Partido Comunista e a sua atenção prioritária sobre a conjuntura, bem como a distância entre a rigidez das posições ideológicas e a extrema flexibilidade na acção».

n.º 5). Esta tendência reflectia-se, porém, nos contínuos apelos dos dirigentes comunistas acerca do papel fundamental desenvolvido pela estrutura organizativa do partido e da importância do enquadramento dos militantes.

A viragem geográfica do processo de mobilização foi acompanhada também por uma evolução qualitativa: as sessões de esclarecimento predominaram de longe sobre os comícios, enquanto as únicas manifestações de alguma importância se desenvolveram em Janeiro sobre a questão da Intersindical e com o 11 de Março¹⁵: isso correspondia à necessidade do partido de, por um lado, esclarecer as massas sobre o próprio programa depois do congresso de Outubro e, por outro, procurar consensos sobre as mais importantes políticas discutidas a nível governamental¹⁶. Só em Março de 1975 houve uma maior intensificação dos comícios devido à apresentação das candidaturas para as eleições e à preparação da campanha eleitoral.

Esta expansão organizativa do PCP encontrou como (pré)condição favorável a coesão da coligação dominante — que procurava manter um controlo sobre os níveis intermédios e periféricos da organização, mas também era o reflexo do momento propício a nível institucional. As relações entre o PCP e a facção «gonçalvista» permitiram a adopção de uma estratégia mais ofensiva que visava alargar a influência na sociedade civil e conquistar simpatizantes para além da própria *classe gardée*. Depois do 11 de Março, as políticas das nacionalizações e das expropriações das terras implementadas pelo IV Governo Provisório, assim como a institucionalização do MFA através da criação do Conselho da Revolução (CR), representaram o ponto de máxima convergência entre o PCP e a facção gonçalvista. A maioria do MFA liderada pelo primeiro-ministro, preconizando as medidas reivindicadas pelo PCP, constituía uma fonte de legitimidade para a integração e a mobilização dos inscritos. Este facto é demonstrado também pela política de alianças, pois a colaboração do PCP com os partidos que participavam no governo provisório foi substituída pelo suporte das organizações paralelas do PCP e de algumas forças de extrema-esquerda.

Se compararmos os dados relativos à mobilização do PCP antes das eleições e a distribuição dos centros de trabalho (quadro n.º 4), é interessante notar a correspondência entre os distritos onde a implantação dos comunistas

¹⁵ Não foram consideradas as manifestações «unitárias» que se realizaram com o 11 de Março, em que participaram várias forças partidárias. Não sendo possível analisar aqui aprofundadamente o papel do PCP nos acontecimentos do 11 de Março e do 25 de Novembro, remete-se para a literatura em matéria (por todos, v. Rodrigues *et al.*, 1976, Sánchez Cervelló, 1993, e Maxwell, 1999).

¹⁶ É importante evidenciar o facto de que foi o PCP o primeiro partido a levantar (e defender) o problema da institucionalização do MFA em Novembro de 1974. Outros assuntos importantes para a mobilização do partido foram a questão da «unicidade» sindical e as políticas económicas.

é fraca e o crescimento das actividades desenvolvidas durante o período considerado (vejam-se os casos de Coimbra, Viseu, Porto e Braga). Todavia, a análise do ponto de vista geográfico revela ainda alguns desequilíbrios relativos à implantação territorial: em todo o período analisado os distritos com uma percentagem de mobilização mais baixa são Bragança, Castelo Branco, Guarda e Viana do Castelo¹⁷. Este facto parece confirmar a hipótese de o partido vir a contestar o desenvolvimento das eleições em algumas regiões do Norte do país pelas dificuldades de penetração na sociedade civil, embora neste período sejam raras as referências do *Avante!* acerca de boicotes por parte de militantes dos partidos do governo provisório ou de partidos da extrema-esquerda.

Paralelamente, o PCP apoiou e tomou um papel activo na mobilização de associações e organizações «unitárias», em que muitas vezes se tornava o principal actor, dadas as características organizativas e a própria capacidade de enquadramento (como, por exemplo, no caso do Serviço Cívico Estudantil) (cf. Oliveira, 2000, p. 529). Enquanto o PCP concentrou a sua actividade no meio laboral, procurando conquistar uma posição hegemónica no seio das comissões de trabalhadores, o MDP/CDE dedicou maior atenção às comissões de moradores: esta «divisão do trabalho» correspondia, porém, à diferente intervenção dos dois partidos na sociedade civil, que tinha origem na separação das tarefas desenvolvidas pelo PCP e pela «frente» representada pelo MDP/CDE. Esta diferenciação é exemplificada pela mobilização nas zonas de aplicação da reforma agrária, onde o PCP liderava as actividades organizadas nos principais centros urbanos e nas cooperativas¹⁸: os dois objectivos principais eram, por um lado, tentar pressionar o governo para a implementação de políticas antimonopolistas e antilatifundiárias e, por outro, aumentar a expansão do PCP na sociedade civil através do controlo vertical, utilizando como instrumento principal as suas estruturas paralelas.

A DINÂMICA DA MOBILIZAÇÃO DURANTE O «VERÃO QUENTE»

O período chamado «Verão quente» caracterizou-se pela exacerbação dos conflitos entre as diferentes facções do MFA e por um alto nível de mobilização, que assumiu as formas de um verdadeiro «duelo das manifestações» (Palacios, 2003). Neste contexto, a evolução da mobilização do PCP foi condicionada pelo ambiente externo, em particular pelo começo dos movi-

¹⁷ A comparação com a mobilização durante o período anterior demonstra, de facto, o forte aumento das actividades do PCP em alguns distritos do Norte (Porto, Coimbra, Braga, Leiria e Vila Real) e o decréscimo nos distritos de Lisboa, Setúbal e Évora.

¹⁸ Foi o próprio secretário-geral do PCP a solicitar várias vezes dentro do Conselho de Ministros que a reforma agrária fosse controlada pelo poder político, pois seria muito difícil controlar o processo de ocupação caso este começasse de forma autónoma e espontânea (ACM, Janeiro-Fevereiro de 1975).

mentos anticomunistas e pelos ataques às estruturas do partido, tornando secundária a estruturação organizativa interna face aos conflitos a nível político-militar¹⁹.

A partir de Maio de 1975, o PCP desenvolveu dois tipos de acções paralelas: por um lado, houve um aumento das diferentes formas de mobilização e um reforço do papel desenvolvido pelas organizações populares; por outro, houve a tentativa de manter as relações com os outros partidos e negociar uma solução para sair da crise política aberta com a saída do PS do governo provisório. Este facto pode ser interpretado como a necessidade de ver qual era a solução dentro das FA e deixar em aberto a utilização dos vários recursos disponíveis. Se num primeiro período predomina o objectivo tático do partido no sentido de alterar as relações com o PS para provocar uma maior aproximação entre os dois partidos, depois de Agosto acabou por prevalecer a via da mobilização. Todavia, no momento em que se tornou claro o objectivo de recuperar a maioria do MFA, o PCP encontrou os limites próprios desse instrumento por não poder exercer a própria hegemonia na mobilização da sociedade civil, como demonstrou a contra-mobilização socialista, por um lado, e os ataques anticomunistas, por outro²⁰.

O traço principal da mobilização que emergiu neste período é o recurso às manifestações como forma privilegiada da acção do partido²¹: num primeiro período, até Setembro de 1975, a mobilização das forças políticas tentou

¹⁹ A ausência de dados nos órgãos de informação do partido em relação aos comícios e às sessões entre Junho e Outubro de 1975 também terá sido um reflexo da mudança de prioridades da estratégia organizativa do partido. Apesar de não ser possível reconstruir neste período a dinâmica global da mobilização interna do Partido Comunista, este facto não prejudica, porém, a análise da dinâmica global de mobilização do partido em relação à estratégia do PCP e ao tipo de ligação com a sociedade civil.

²⁰ Segundo Cunha (1992, pp. 251-252), foi este facto que determinou a abertura do partido à conquista de faixas sociais mais distantes e uma maior penetração nas zonas de menor resistência à campanha comunista e a continuação de uma atitude ambivalente, fora e dentro do governo.

²¹ Sendo a mobilização política o objecto principal aqui abordado, não é possível aprofundar outras vertentes, nomeadamente a actuação do PCP no campo social e militar. Neste sector, o PCP acabou por dar o seu apoio, sempre implícito, aos SUV, mas sem apostar profundamente numa organização armada que teria determinado uma confrontação aberta com os oficiais do quadro permanente afectos ao «grupo dos nove» (cf. Sánchez Cervelló, 1993, pp. 248-251, e 1995, p. 57). Porém, como afirma Isabel do Carmo, dirigente do PRP-BR, «nessa altura havia organizações armadas do PC(P) na cintura industrial de Lisboa que tinham um sentir muito à esquerda... Estavam do lado revolucionário e disponíveis para a unidade» (in Avillez, 1994, p. 164). Estas organizações referem-se aos comités de defesa da revolução (CDR), que o PCP apoiou para desenvolverem funções de vigilância e de defesa das «conquistas revolucionárias». A implantação territorial destas organizações limitou-se, porém, à zona de Setúbal, a alguns concelhos do Alentejo, à Marinha Grande e a Viana do Castelo, sem que os dirigentes do PCP valorizassem este recurso, pois «a força estava na organização do partido, estava na influência dos militares de esquerda» (entrevista PCP).

influenciar a crise político-militar através do apoio aos vários documentos propostos pelo MFA; num segundo período, que vai de Outubro até ao 25 de Novembro, as manifestações centraram-se sobre questões mais pontuais e tinham como objectivo a inversão da correlação de forças a nível institucional e militar. Enquanto a lógica subjacente à mobilização do PCP terá sido «potenciar a força do partido» (entrevista PCP) a todos os níveis, os instrumentos privilegiados foram as manifestações e as greves, como demonstrado pelos importantes episódios do protesto dos deficientes das FA (27-28 de Setembro) e a greve dos trabalhadores da construção civil a 11 de Novembro, que levou ao cerco da Assembleia Constituinte. Em relação às greves, ao contrário da atitude mantida até Julho de 1975, o PCP acabou por adoptar uma estratégia favorável, aliando-se muitas vezes às movimentações organizadas pela extrema-esquerda-FUR (cf. *Vida Mundial*, 30 de Outubro de 1975).

Analisando as principais características das manifestações promovidas pelo PCP neste período, é interessante comparar as manifestações «unitárias», que englobavam as forças da extrema-esquerda, com as manifestações «sectoriais» (v. gráfico n.º 3). As primeiras desenvolveram-se de forma bastante constante durante todo o período, embora, formalmente, o PCP não tivesse entrado na FUR, concentrando-se exclusivamente na área da Grande Lisboa, onde as forças de extrema-esquerda tinham de facto maior implantação. Dentro dos partidos maioritariamente presentes na acção mobilizadora do PCP, é ainda o MDP/CDE que apresenta um nível mais elevado sobretudo nas formas de mobilização «unitárias» organizadas nas regiões do Alentejo e do Algarve²².

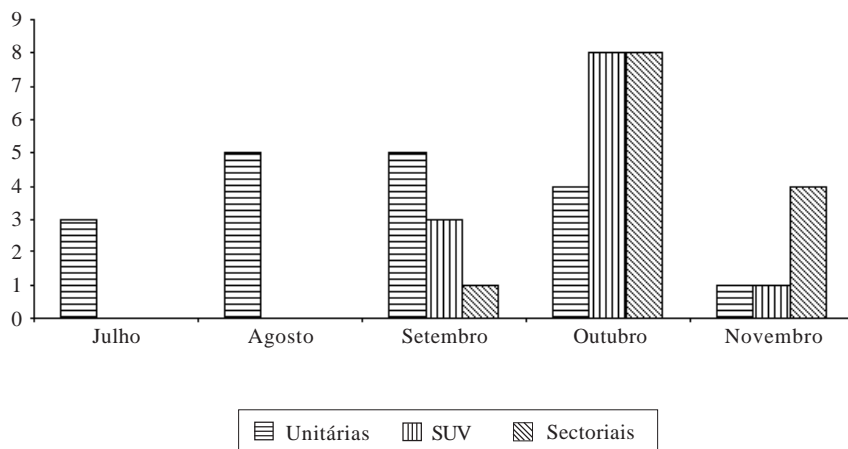
Apesar do alto número de manifestações, a forma mais importante da acção do Partido Comunista foi a utilização da sua organização para contestar a política do VI Governo e a nova maioria dentro das FA através de várias modalidades, que incluem greves, manifestações, boicotes, etc. É de notar que, a partir de Julho de 1975, a estrutura do partido se manteve sempre em constante mobilização, sobretudo na cintura industrial de Lisboa, onde a competição com os grupos de extrema-esquerda era maior. Exemplo disso é o facto de o PCP ter chegado, por duas vezes — a 4 de Julho e a 18 de Julho, por ocasião da manifestação convocada pelo PS —, a proclamar uma mobilização geral do partido. Isso revela uma actuação relativamente autónoma do partido e a tentativa de recuperar parte da hegemonia que perdera em relação aos outros partidos de esquerda em certos sectores, nomeadamente

²² Segundo um dirigente do MDP/CDE, a convergência entre o PCP e o MDP/CDE «não tinha uma unidade programática, era mais uma convergência de ocasião no quadro do processo revolucionário para pressionar o poder. Era uma mobilização social sem uma grande definição estratégica, um pouco escura sobre o que é que se queria, era mais um movimento estático de intervenção social por, por um lado, influenciar o poder político-militar e, por outro, consolidar um conjunto de medidas que orientassem o processo económico e social do país no sentido socialista» (entrevista MDP).

nas estruturas militares, no campo laboral e no sector agrícola. Esta competição reflecte-se no aumento das manifestações sectoriais organizadas em volta das questões sociais, paralelamente à diminuição das manifestações «unitárias», sinal também da perda de influência a nível institucional e da tentativa de recuperar potencial de reivindicação a partir da sociedade civil. É evidente que, em algumas questões, sectores da extrema-esquerda se juntaram ao PCP para influenciarem o processo de tomada de decisões, mas os comunistas mantiveram a liderança do papel de oposição que o partido conduzia contra o VI Governo Provisório. Isto é demonstrado também pela distribuição geográfica, pois mais de 80% das actividades concentraram-se em seis distritos, os de maior implantação do partido, facto que pode ser explicado não apenas pelos efeitos da «reacção» anticomunista, mas também pela tentativa do PCP de defender as «conquistas da revolução» depois da inversão da correlação de forças a nível político-militar a partir de Setembro de 1975.

Manifestações do PCP (Julho-Novembro de 1975)

[GRÁFICO N.º 3]



A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO PCP E A VIRAGEM POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Depois das eleições para a Assembleia Constituinte, a contraposição entre legitimidade revolucionária e legitimidade eleitoral contribuiu para uma maior hostilidade do ambiente externo face à acção desenvolvida pelo PCP. Deste ponto de vista, a actividade dos grupos de direita contra as sedes do Partido Comunista durante o «Verão quente», cujo início emblemático foi o ataque

em Rio Maior contra o centro de trabalho do PCP a 13 de Julho, teve um efeito simbólico muito importante na organização do partido e sobre a acção desenvolvida a nível local. Em primeiro lugar, houve o afastamento de militantes ou simpatizantes do partido, que desistiram do empenhamento político dentro do Partido Comunista (cf. *Avante!*, 28 de Agosto de 1975)²³; em segundo lugar, as movimentações sociais obrigaram as organizações locais do partido a uma táctica defensiva, causando também muitas dificuldades no relacionamento com os principais partidos do governo provisório, envolvidos na administração local e nacional.

A amostra dos ataques sofridos (gráfico n.º 4) demonstra que a organização do partido ficou muito mais fraca em alguns distritos do Centro-Norte (Aveiro, Braga, Leiria, Porto e Viana do Castelo), afectando a participação dos seus militantes ou simpatizantes²⁴. Em relação à fase anterior, em Dezembro de 1975 e Janeiro de 1976 prevaleceram os atentados bombistas contra o PCP, confirmando a viragem qualitativa dos movimentos anticomunistas que começara em Outubro²⁵. Depois dos repetidos ataques às sedes e centros de trabalho do partido, Cunhal afirmou que todos os militantes deviam considerar «o reforço do partido como uma das tarefas essenciais [...] Reforçar a organização, melhorando o funcionamento de todos os organismos, adoptando formas de trabalho que tenham em conta a diferença da situação nas várias regiões, levando o partido a todas as empresas e aldeias onde ainda não esteja organizado» (Cunhal, 1976, p. 31). Neste sentido, afirmou-se progressivamente a ideia da necessidade de alterações organizativas que procurassem aplicar um critério de diferenciação na implantação e desenvolvimento do partido: reconhecia-se, portanto, que havia zonas onde o partido devia agir de forma diferente, adaptando-se às características locais²⁶. Este era um factor funda-

²³ O órgão oficial do partido *O Militante* não fornece dados relativos às desistências dos inscritos, mas reconhece a travagem do recrutamento nas regiões sujeitas aos movimentos anticomunistas (cf. *O Militante*, Agosto de 1975). Durante o quinto balanço geral de organização (8 de Outubro) declarava-se que «o número de membros subiu 12% em relação ao último balanço» e que «em nenhuma organização regional do país houve diminuição dos efectivos do partido» (cf. *O Militante*, Outubro de 1975).

²⁴ Veja-se, por exemplo, a situação no distrito de Bragança, onde, a 3 de Fevereiro de 1976, foi assaltado o único centro de trabalho que ainda existia. Porém, segundo alguns dirigentes do PCP, isso não foi completamente negativo, pois teria ajudado a um melhor enquadramento dos militantes, depurando o partido de elementos que não se identificavam ideologicamente com o Partido Comunista (cf. entrevista PCP e as declarações de Costa Gomes in *Cruzeiro*, 1998, pp. 360-361).

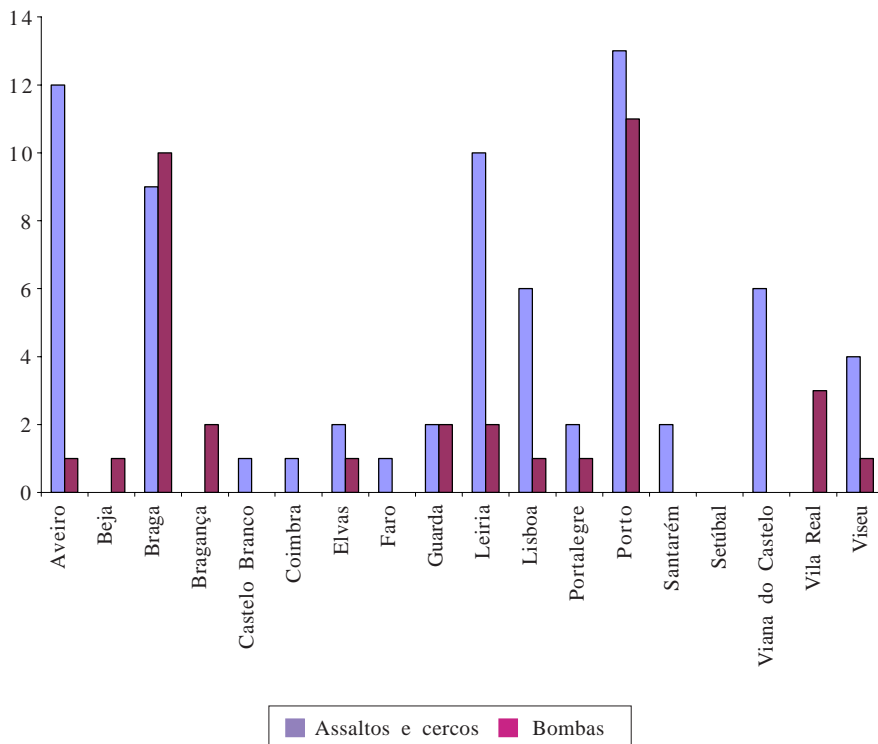
²⁵ Embora seja difícil traçar um quadro completo das acções contra as forças de esquerda, é interessante notar que as acções bombistas contra o PCP constituíram, entre Junho de 1975 e Janeiro de 1976, cerca de um terço do total das acções contra objectivos de esquerda, sobretudo contra as sedes e os militantes do MDP/CDE e contra outros partidos de extrema-esquerda (v. também Palacios, 2003, pp. 160-162).

²⁶ Veja-se a declaração de um dirigente: «Muitas vezes pensava-se agir no Norte ou noutras zonas do país como se fazia em Lisboa... e não podia ser» (entrevista PCP).

mental na implementação de uma estratégia defensiva — responder às situações onde se apresentavam maiores dificuldades — e ofensiva. Neste âmbito, o objectivo não era apenas alargar e reforçar a organização, mas também fortalecer a propaganda, as organizações sindicais, a defesa e consolidação das comissões de trabalhadores e de moradores e outras organizações de base, «pondo de parte a ilusão, até há pouco espalhada por elementos radicalistas, da sua rápida conversão em órgãos do poder do Estado» (id., *ibid.*, pp. 32-33). Aqui indicava-se a modalidade com a qual se deviam atingir os objectivos previstos, isto é, pondo de parte as estruturas do «poder popular» preconizadas pelas forças de extrema-esquerda (v. o *Documento-Guia da aliança povo-MFA*) para continuar com um modelo de «penetração» através da acção centralizada do partido.

Assaltos e bombas contra o PCP (Junho de 1975-Janeiro de 1976)

[GRÁFICO N.º 4]



Os dados empíricos sobre a mobilização do PCP demonstram que os efeitos dos acontecimentos do 25 de Novembro influenciaram também a relação entre o partido e a sociedade civil. Em geral, nesta fase houve uma

aposta na defesa das posições alcançadas e uma paragem na expansão da própria organização, visível não apenas de um ponto de vista quantitativo — sendo de longe muito mais fraca com respeito às actividades promovidas no ano anterior —, mas também considerando a distribuição geográfica, dado que em quatro distritos (Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu) a mobilização do PCP é praticamente nula. Este facto tem origem, evidentemente, nas dificuldades sócio-culturais da implantação comunista naquelas zonas e nas consequências causadas pelos ataques das forças de direita, juntamente com o aval de grandes empresários e expoentes ligados à Igreja, que ainda continuaram até Março de 1976. Durante o período considerado ressalta a fraca utilização das manifestações como recurso para alcançar os objectivos estratégicos do partido. Em geral, a mobilização do PCP neste período segue a tendência anterior às eleições de 1975: apesar de um ligeiro aumento dos comícios, a maioria das actividades é concentrada nas sessões de esclarecimento. Todavia, como evidenciava o próprio CR, depois de um período relativamente calmo a seguir ao golpe militar, no começo de Janeiro de 1976 intensificou-se o esforço de mobilização por parte dos partidos da extrema-esquerda e do PCP (cf. *ACR*, 6 de Janeiro de 1976). Este último, se teve um papel marginal nas contestações sobre os presos do 25 de Novembro²⁷, começou a concentrar a sua mobilização em torno da crítica à política económica e social do VI Governo Provisório relativa à alta do custo de vida e ao congelamento da contratação colectiva. O outro período em que se verificou um maior número de manifestações foi em Março, devido à defesa das «conquistas revolucionárias»: o PCP manifestou a sua oposição em relação às medidas aprovadas contra a reforma agrária e organizou também uma série de encontros para a defesa das nacionalizações (os distritos atingidos foram Beja, Évora e Portalegre).

O facto mais importante é que neste período se verifica uma dinâmica diferente das manifestações realizadas anteriormente: já não há uma perspectiva da «escalada», de uma progressiva radicalização, mas uma dosagem e uma utilização mais específica, que contribuíram para uma progressiva «normalização democrática». Porém, enquanto a realização de comícios não teve muita importância, há uma frequência bastante linear na organização de sessões de esclarecimento. A actividade do PCP intensificou-se em Dezembro, para explicar os acontecimentos do 25 de Novembro, e em Março, ou seja, na altura da revisão do Pacto Partidos-MFA. A posição mais defensiva assumida pelo partido dentro do sistema político é confirmada também pela concentração da mobilização nas zonas de maior implantação do partido.

²⁷ A viragem político-militar do 25 de Novembro desencadeou, logo nos dias a seguir, uma vaga de mobilizações «unitárias» da esquerda como forma de protesto contra os saneamentos dos militares de esquerda e a continuação de actos terroristas contra as estruturas do PCP e de outros partidos «esquerdistas» (cf. *Avante!*, 2 de Dezembro de 1975).

CONCLUSÕES

Neste artigo procurou-se caracterizar a estruturação organizativa do PCP, assim como diferenciar a estratégia de mobilização seguida nas diferentes fases da transição. As estreitas relações entre os dirigentes do partido e a elite militar constituíram um elemento fundamental para o PCP a fim de mediar os dois objectivos principais que se impunham do ponto de vista organizativo: o primeiro era a consolidação e a expansão da estrutura do partido; o segundo, exercer o maior controlo possível sobre o ambiente externo, através dos militantes e das organizações paralelas.

O processo de mobilização do PCP evidencia que na primeira fase há um esforço constante — e em grande medida autónomo, apesar da colaboração com o MDP/CDE — para conseguir organizar o partido interna e externamente através das suas estruturas organizativas. O processo de penetração territorial e de expansão a todos os níveis — e o reforço da própria identidade através da legitimidade revolucionária — permitiu desenvolver uma forte integração política dos militantes.

Todavia, a evolução do processo de mobilização demonstra como os estrangimentos externos desenvolveram um papel fundamental na estratégia do partido. Depois de uma fase de estruturação interna, cujo momento mais importante foi a «segunda institucionalização» através do VII Congresso (Outubro de 1974), a estratégia de mobilização teve uma evolução qualitativa correspondente às maiores oportunidades criadas pela favorável correlação de forças a nível político--militar. A progressiva centralização e intervenção do Estado na sociedade e no sector económico contribuiu para que a mobilização fosse uma estratégia cada vez mais importante no âmbito das actividades desenvolvidas pelo PCP. Esta acção, todavia, era funcional, ao alcance de uma legitimação *a posteriori*, a partir do momento em que a legitimidade eleitoral começou a corroer o capital de legitimidade revolucionária conquistado com a ascensão da facção gonçalvista ao poder: esta mudança reflecte-se não apenas na evolução das formas de mobilização política, como também nas acções de mobilização social — por exemplo, para legitimar a ocupação de cargos nos órgãos do poder local, ou no caso das nacionalizações e das ocupações dos latifúndios.

O período de incertezas que se abriu com o «Verão quente» e as oscilações dos equilíbrios dentro da elite militar foram os dois elementos principais que levaram a uma viragem da estratégia de mobilização do PCP. Neste período, o PCP utilizou o recurso da mobilização como um meio para alterar as relações de força a nível institucional. Esta pressão, que visava objectivos de curto prazo, não provocou uma lógica de competição organizativa com os outros partidos: apesar da conflitualidade ideológica, os partidos que preconizavam a instauração de um regime liberal-democrático optaram por utilizar a mobilização para mudarem as relações entre os partidos e a elite militar e imporem a legitimidade democrática, sem, todavia, construírem uma

forte estrutura organizativa (cf. van Biezen, 2003). De facto, os principais partidos tinham como prioridade a escolha do regime e os recursos — materiais, estratégicos e simbólicos — serviram, sobretudo, para controlar as incertezas a nível político-institucional, tornando secundária a mobilização para uma maior estruturação organizativa. Neste sentido, as dinâmicas da mobilização demonstram que a intervenção dos militares no processo de transição teve um papel fundamental para a fraca estruturação organizativa dos partidos a nível da sociedade civil. Ao contrário do que as hipóteses teóricas indicam, o caso da transição portuguesa demonstra que a competição partidária tem um fraco impacto sobre a forma organizativa dos partidos.

Isto não significa que o PCP não tenha conseguido alcançar uma forte organização comparativamente aos outros partidos portugueses. O facto que importa sublinhar é que a dinâmica da mobilização do PCP foi subordinada ao alcance da própria integração institucional: neste sentido, o recurso principal utilizado pelos comunistas baseava-se na correlação de forças dentro da elite militar, mostrando que a conquista do poder social era um objectivo secundário na óptica da estratégia do PCP (cf. Schmitter, 1999, p. 219). Paradoxalmente, quando os próprios dirigentes comunistas decidiram recorrer à activação da base social de apoio para influenciarem a correlação de forças a nível político-militar, a acção do PCP não foi suficiente para travar o recuo do partido dentro do sistema político-partidário e a sua progressiva marginalização.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Actas do Conselho Superior da Revolução (ACR), Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.
Actas do Conselho de Ministros (ACM), Fundação Mário Soares.

IMPrensa PERIÓDICA

Avante! (órgão do PCP).
Diário de Lisboa.
Informação e Análise.
Jornal Novo.
O Militante.
Vida Mundial.

ENTREVISTAS

Vítor Alves, Carlos Brito, Lino de Carvalho, Edgar Correia, Carlos Gaspar, Vasco Gonçalves, António Alva Rosa Coutinho, Carlos de Almada Contreiras, Manuel Martins Guerreiro, António Dias Lourenço, Zita Seabra, Jaime Serra, José Manuel Tengarrinha.

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, GABRIEL, e VERBA, SIDNEY (1988), *Politica comparata*, Bolonha, Il Mulino.
- ANTUNES, JOSÉ FREIRE (1978), *O Segredo do 25 de Novembro*, Lisboa, Bertrand.
- AVILLEZ, MARIA JOÃO (1994), *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público.
- BIEZEN, INGRID VAN (1998), «Building party organizations and the relevance of past models: the communist and socialist parties in Spain and Portugal», in *West European Politics*, 21, 2, pp. 32-62.
- BIEZEN, INGRID VAN (2003), *Political Parties in New Democracies*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan.
- CRUZEIRO, MARIA MANUELA (1998), *Costa Gomes: o Último Marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CUNHA, CARLOS (1992), *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power, 1921-1986*, Nova Iorque, Garland Publishing.
- CUNHA, CARLOS (1997), «The Portuguese Communist Party», in Thomas C. Bruneau (ed.), *Political Parties and Democracy in Portugal*, Boulder, Westview Press, pp. 23-54.
- CUNHAL, ÁLVARO (1976), *Discursos Políticos*, Lisboa, Edições Avante!
- DAHL, ROBERT (1971), *Polyarchy*, New Haven, Yale University Press.
- DUVEGER, MAURICE (1981), *Les partis politiques*, Paris, Armand Colin.
- FISICHELLA, DOMENICO (1993), *Elezioni e democrazia*, Bolonha, Il Mulino.
- GASPAR, CARLOS (1992), «A tese da 'revolução democrática e nacional' e «O lugar de Zaradov», in Carlos Gaspar e Vasco Rato, pp. 13-58.
- GASPAR, CARLOS (1993), *O Partido Comunista e a Revolução Portuguesa*, texto policopiado.
- GASPAR, CARLOS, e RATO, VASCO (1992), *Rumo à Memória*, Lisboa, Quetzal Editores.
- JALALI, CARLOS (2002), *The Evolution of the Portuguese Party System in Comparative European Perspective since 1974*, tese de doutoramento, St. Antony's College, Universidade de Oxford.
- LINZ, JUAN J. (1987), *La Quiebra de las Democracias*, Madrid, Alianza.
- LINZ, JUAN J., e STEPAN, ALFRED (1996), *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- LOPES, FERNANDO FARELO (2002), «Os partidos políticos», in Fernando Farelo Lopes e André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*, Lisboa, Celta Editora, pp. 9-87.
- MAIR, PETER (1979), «Forma organizzativa e contenuto ideologico», in *Rivista italiana di scienza politica*, vol. IX, n.º 3, pp. 467-489.
- MAIR, PETER (1992), «La trasformazione del partito di massa in Europa», in Mauro Calise (org.), *Come cambiano i partiti*, Bolonha, Il Mulino, pp. 99-120.
- MAIR, PETER (1997), *Party System Change. Approaches and Interpretations*, Oxford, Oxford University Press.
- MARTINS, GUILHERME D'OLIVEIRA (1994), «Os partidos políticos», in António Reis, *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MAXWELL, KENNETH (1999), *A Consolidação da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.
- O'DONNELL, GUILLERMO, e SCHMITTER, PHILIPPE C. (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- OLIVEIRA, LUÍSA TIAGO (2000), *O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, tese de doutoramento, texto policopiado, Lisboa, ISCTE.
- PALACIOS CEREZALES, DIEGO (2003), *O Poder Caiu na Rua*, Lisboa, ICS.
- PANEBIANCO, ANGELO (1979), «Imperativi organizzativi, conflitti interni e ideologia nei partiti comunisti», in *Rivista italiana di scienza politica*, vol. IX, n.º 3, pp. 511-536.

- PANEBIANCO, ANGELO (1982), *Modelli di partito*, Bolonha, Il Mulino.
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1974), *Congresso (Extraordinário) do PCP*, Lisboa, Edições Avante!
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1975), *Documentos do Comité Central do Partido Comunista Português*, II vol., Lisboa, Edições Avante!
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1976), *VIII Congresso*, Lisboa, Edições Avante!
- PEREIRA, JOSÉ PACHECO (1989), «O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária», in Mário Baptista Coelho (org.), *O Processo Institucional e Político (1974-1987)*, Lisboa, ICS, pp. 79-109.
- RATO, VASCO (1992), «O PCP perante o eurocomunismo», in Carlos Gaspar e Vasco Rato, pp. 93-131.
- RODRIGUES, AVELINO, BORGAS, CESÁRIO, e CARDOSO, MÁRIO (1976), *Portugal depois de Abril*, Lisboa, Intervoz.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, JOSEP (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, JOSEP (1995), «Las organizaciones revolucionarias en el contingente obligatorio de las fuerzas armadas portuguesas, 1972-1976», in *Portuguese Studies Review*, vol. 3, n.º 2, pp. 43-62.
- SARTORI, GIOVANNI (2002), *Los Partidos Políticos*, Madrid, Alianza.
- SCHMITTER, PHILIPPE C. (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS.
- STOCK, MARIA JOSÉ (1989), *Elites, Facções e Conflito Intra-partidário*, dissertação de doutoramento em Sociologia, texto policopiado, Évora, Universidade de Évora.